

As operações ARO

por Ivanir José Bortot
de Brasília

O saldo de contratações de ARO (Antecipação de Receita Orçamentária) entre janeiro e novembro de 1995 é de R\$ 3,8 bilhões, com um aumento de 155% ante igual período de 1994. Os estados tomaram R\$ 2,3 bilhões desses recursos, os municípios R\$ 1,2 bilhão e as prefeituras das capitais R\$ 227 milhões.

Os custos financeiros dos estados que tomaram recursos de ARO atingiram, em alguns casos, 9,5% ao mês. O menor custo de operação realizada foi de 2,7% ao mês. O custo dos empréstimos concedidos em novembro ficou em 4,95%, frente a 4,21% em outubro.

Embora a Caixa Econômica Federal (CEF) tenha contratado mais de R\$ 390 milhões de ARO entre outubro e novembro, os bancos privados é que vêm concedendo maior volume de recursos aos estados. O conjunto das instituições financeiras privadas liberou R\$ 2,6 bilhões em ARO e os demais bancos oficiais

apenas R\$ 1,2 bilhão. Os bancos estaduais representaram 16% do valor total de empréstimos concedidos e os bancos federais, outros 16%.

Minas Gerais, com um total de R\$ 1,057 bilhão, é o estado que liderou as operações de ARO. São Paulo contratou R\$ 593,9 milhões e o Rio Grande do Sul, R\$ 315,3 milhões. Os estados, a partir de 1º de dezembro, ficaram impedidos de realizar novas operações de ARO. Poderão refinanciar o saldo das operações feitas em 30 de novembro, num prazo de 24 meses.

Os governadores reivindicaram, na última sexta-feira, que seja elevado de 24 para 36 meses os prazos de refinanciamento dos saldos referentes a operações já realizadas. As dívidas fundadas – financiamentos concedidos pelos bancos aos estados com prazos superiores a um ano – apresentaram um saldo de R\$ 1,432 bilhão, entre janeiro e novembro de 1995. No mesmo período de 1994, o saldo dessas aplicações era de R\$ 1,7 bilhão.